

FUNDAMENTOS DA PESQUISA PARA PROJETOS DE INTERVENÇÃO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Aloizio Mercadante

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Ademir Juracy Fanfa Ribas
VICE-DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Darlan Faccin Weide
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP: Marcos Ventura Faria
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

CHEFIA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

CHEFE: Ademir Nunes Gonçalves
VICE-CHEFE: Marcos Gehrke

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO EMPREENDEDORA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

COORDENADORA DO CURSO: Suzete Terezinha Orzechowski Brandalize
COORDENADORA DE TUTORIA: Laurete Maria Ruaro

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Klevi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

REGINA CELIA WIPIESKI PADILHA
MARGARETH DE FÁTIMA MACIEL

FUNDAMENTOS DA PESQUISA
PARA PROJETOS DE
INTERVENÇÃO

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Daniela Leonhardt
Maria Cleci Venturini
Soely Bettes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Luiz Fernando Santos

CAPA
Espencer Ávila Gandra

GRÁFICA UNICENTRO
180 exemplares

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

FUNDAMENTOS DA PESQUISA PARA PROJETOS DE INTERVENÇÃO	06
PROJETO PRÁTICO DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL	20
ANEXO	46

FUNDAMENTOS DA PESQUISA PARA PROJETOS DE INTERVENÇÃO

REGINA CELIA WIPIESKI PADILHA

A PROPOSTA DO CURSO

O curso de Especialização em **Intervenção Sociocultural para Contextos Escolares e Não-Escolares com enfoque na Educação Básica** que estamos realizando se norteia por dois pilares básicos: a) a educação dimensionada como direito social a ser atendido pelo Estado através de um conjunto de políticas públicas, dentre elas, aquelas voltadas à Formação Continuada de docentes de modo a atender à diversidade do processo educacional; b) a democratização dessa Formação Continuada pela EaD envolvendo a discussão de temáticas que tratem das necessidades urgentes a serem enfrentadas no processo ensino-aprendizagem como meios indispensáveis à realização da finalidade social da educação.

Tais pilares contêm em si o nosso entendimento de a educação precisar ser tomada como elemento de constante análise e intervenção para que avance. Esse entendimento dá sustentação à metodologia adotada na construção da proposta deste curso e nas inúmeras atividades que lhe serão propostas.

DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A Formação Continuada de docentes demanda a consideração de alguns fundamentos que estão relacionados à busca da qualidade na educação. Primeiramente, há que se levar em conta que o *fato educacional é cultural* e, isso não se reporta a uma questão formal restrita à técnica ou às tecnologias, mas implica a busca “por significados históricos na compreensão dos processos educativos, a partir de cortes sincrônicos, considerando os conflitos, as contradições entre os valores locais e os da cultura em geral, ou seja, é preciso inserir-se nos marcos de uma perspectiva cultural”. (GATTI, 2009, p. 90-91). Além disso, é importante que se considere o fato de o *papel do professor ser absolutamente central*. Independentemente da natureza da relação estabelecida, das formas dos processos educativos, o professor ocupa o lugar central sendo figura imprescindível quer em espaços educativos formais ou não-formais.

É necessário considerar que o *núcleo do processo educativo é a formação do aluno* sendo que tal formação é constituída “pelo entrelaçamento de processos cognitivos, afetivos, sociais, morais, dos conhecimentos, dos fazeres, das tomadas de decisão, da solução de impasses, da lida com as ambigüidades e as diferenças, do uso das técnicas ou de recursos diversos, etc., na direção de um pensar que possa distinguir fatos e questões, ter sentido crítico na direção de uma autonomia para escolhas.” (GATTI, 2009, p. 92)

Também é preciso levar em conta a *heterogeneidade cultural e social de professores e alunos*. O estudo dessa heterogeneidade deve culminar na produção da diversificação nas práticas educacionais, bem como à flexibilidade da estrutura organizativa para atender a uma população heterogênea (GATTI, 2009).

Diante dessas ponderações, podemos afirmar que os cursos de Formação Continuada de docentes necessitam contemplar tanto uma base cultural que possibilite o entendimento do fato social denominado *educação e ensino*, quanto a aquisição de conhecimentos do sistema educacional que permita aos cursistas, no caso docentes da Educação Básica, compreenderem a realidade da educação para que sejam capazes de nela intervir.

Nesse sentido, a disciplina **Fundamentos da Pesquisa para Projetos de Intervenção** objetiva apresentar e discutir questões referentes aos procedimentos envolvidos nas atividades de estudo e pesquisa com vistas à intervenção na realidade. Para tanto, iniciaremos nossas discussões fazendo algumas considerações acerca do exercício do estudo.

O ATO DE ESTUDAR

Estudar, de modo geral, é entendido como o ato de freqüentar instituições educacionais e assimilar o que os docentes transmitem para posteriormente realizar avaliações. Esse ponto de vista é simplista, comporta uma dimensão passiva por parte do aluno e se pauta numa perspectiva meramente mecânica, mneumônica, reprodutivista.

Diferentemente, estudar requer esforço, participação ativa. Ao estudante, especialmente o universitário – e no caso deste curso, docentes em processo de Formação Continuada - cabe estar ciente de que estudar é um ato a ser assumido conscientemente. Não basta reproduzir *ipsis litteris* aquilo que é apresentado nos livros ou pelos professores, mas, a partir do que lhe é proposto, reconstruir o conhecimento de um ponto de vista crítico e reflexivo. Ao transformar o material de estudo o aluno transforma a si mesmo e ao meio em que está inserido. Assim compreendido, o ato de estudar é dimensionado como uma atividade constitutiva do ser humano e transformadora da realidade. O estudante se defronta com o conhecimento e com a realidade a fim de melhor compreendê-los, explicá-los, transformá-los.

O conhecimento historicamente acumulado, assim como a realidade não se dão a conhecer facilmente; é preciso retirar os véus que os encobrem, sem pretender acessar a tudo de modo absoluto.

O processo de construção do conhecimento é permeado pela ampliação do diálogo porque o ser humano é um ser de relações. Constantemente ele se relaciona com o seu meio, com os outros, consigo mesmo e o ato de estudar resulta dessa ação do ser humano com o mundo, com seu próprio ser e com sua história. Como um ser concreto, consciente, inteligente o ser humano está inserido num mundo também concreto e, para além de uma relação de pura causalidade, as relações que estabelece com o mundo demandam significação e ação.

Estudar, portanto, não é repetir o que já foi dito, reproduzir o que já foi feito. Não é uma tarefa fácil, pois exige disciplina intelectual e postura crítica sistemática. É desenvolver e testar novas narrativas; é interpretar o mundo de forma própria, crítica, criadora e transformadora. Envolve constante reflexão, autonomia, iniciativa e esforço para ultrapassar os limites externos e internos.

O estudo para o professor deve ser uma constante em sua trajetória profissional, pois trabalha com o conhecimento que está em construção permanentemente. Sendo assim, o professor não pode perder de vista a atualização de suas perspectivas por meio de leituras, de discussões, de avaliação constante de suas práticas e de seu papel social.

A LEITURA

O ato de estudar está diretamente relacionado à leitura e esta constitui, inquestionavelmente, uma das principais vias de aprendizagem no ambiente universitário – e também nos cursos de Formação Continuada. As discussões, reflexões e debates que ocorrem nesses espaços partem, necessariamente, da produção escrita. Não há como prescindirmos dos textos, pois assim correríamos o risco de cairmos no senso comum, num praticismo vazio. Daí a necessidade de considerarmos a leitura formativa como uma atividade inerente à formação do docente.

ler significa conhecer, interpretar, decifrar, distinguir os elementos mais importantes dos secundários e, optando pelos mais representativos e sugestivos, utilizá-los como fonte de novas ideias e do saber, através dos processos de busca, assimilação, retenção, crítica, verificação e integração do conhecimento. (LAKATOS; MARCONI, 2005, p.19)

A **leitura formativa** - diferentemente da **leitura de entretenimento** que visa à distração ou a **leitura informativa** que busca fatos ou notícias sem o intuito de aquisição de conhecimento – tem objetivos mais amplos, pois pretende viabilizar o acesso a conceitos, informações para que o leitor avance no seu processo de construção do conhecimento e, também, elabore trabalhos acadêmicos, realize pesquisas.

Mesmo sendo imprescindível ao ato de estudar, a leitura na maioria das vezes é encarada por muitos como algo pouco familiar e de difícil execução. Tais dificuldades denotam a falta de orientação e de disciplina para a leitura de muitas pessoas retratada por Galliano na seguinte passagem:

Não basta ser alfabetizado para realmente saber ler. Há leitores que deixam os olhos passarem pelas palavras, enquanto sua mente voa por esferas distantes. Esses lêem apenas com os olhos. Só percebem que não leram quando chegam ao fim de uma página, um capítulo ou um livro. Então devem recomeçar tudo de novo porque de fato não aprenderam a ler. É preciso ler, mas, também é preciso saber ler. (GALLIANO, 1986. p. 70)

A fim de orientar leitores na tarefa de esmiuçar um texto, Severino (2002) sistematizou um método de leitura analítica. As etapas por ele sugeridas auxiliam àqueles que pretendem ler de modo mais proveitoso.

A primeira etapa, a **análise textual**, é uma primeira abordagem com vistas à preparação da leitura, permitindo uma visão ampla do assunto tratado no texto, por meio de leitura rápida, porém, atenta aos aspectos mais relevantes. O leitor busca esclarecimentos sobre o autor do texto e demais

autores citados sobre os quais não tenha conhecimento, sobre o vocabulário e palavras desconhecidas, fatos históricos, etc. Esse trabalho será importante para a compreensão da posição do autor e o contexto por ele tratado. A análise textual resultará em uma esquematização.

Na seqüência passamos para a análise temática. Esta tem a finalidade de propiciar o entendimento global do texto. Busca captar a mensagem do autor e apreender seu conteúdo identificando o tema abordado na unidade lida, o problema discutido pelo autor e sua tese. Consiste em detectar a trajetória percorrida pelo raciocínio do autor identificando ideias principais e secundárias.

O procedimento lógico decorrente das análises anteriores é a **análise interpretativa**. Nela o leitor deve tomar uma posição sobre o conteúdo lido assumindo uma atitude crítica em relação às ideias do autor, analisando a coerência/consistência da argumentação, originalidade na abordagem do problema, profundidade da análise realizada, alcance das conclusões do autor. Para tanto, necessita situar a linha de pensamento encontrada no texto com a visão geral do autor. É necessário, também, situar o posicionamento do autor no âmbito do domínio do conhecimento como um todo. Busca-se a compreensão do pensamento expresso na obra, a identificação dos pressupostos e a associação das ideias expostas com ideias presentes em outras abordagens. Formula-se um juízo crítico sobre o conteúdo e a forma de argumentação utilizada. Por fim, o leitor deve elaborar uma síntese de suas reflexões.

Levantar pontos para reflexão pessoal ou discussão a partir de questões explícitas ou implícitas no texto é a etapa seguinte, denominada por Severino (2002) de **problematização**. Os problemas podem estar relacionados com questões textuais, temáticas ou de interpretação. É o momento de o leitor colocar seus questionamentos perante as posições do autor e temas trazidos pelo texto.

Por fim, as reflexões decorrentes das discussões sobre os problemas levantados devem ensejar a elaboração pessoal, que Severino denomina **síntese**. O leitor deve reelaborar a mensagem do autor. Síntese não é sinônimo de resumo, porque o resumo é a abordagem sintética das ideias do autor e síntese é uma reelaboração em que está presente o diálogo entre as ideias apresentadas pelo autor no texto e as reflexões elaboradas pelo leitor.

As etapas até aqui descritas denotam que o processo de leitura na universidade, bem como em cursos de Formação Continuada de docentes, envolve rigor, disciplina, logicidade. Nesse nível de estudos não há espaço para a falta de esforço cognitivo, empenho, compromisso, perseverança.

Se a leitura analítica por um lado é extremamente exigente, por outro é capaz de desenvolver um conjunto de condutas e posturas lógicas que atribuem uma base sólida à formação do docente. Nos trabalhos científicos a leitura dará

sustentação para que as discussões não parem no senso comum e se espera do autor desses trabalhos que a citação/transcrição de ideias manifeste o diálogo crítico dele com os autores dos textos.

Um texto não é algo definitivamente acabado cabendo ao leitor dialogar com o autor considerando que o texto reflete determinado contexto, que via de regra, comporta atributos bem mais amplos, variados e complexos daqueles nele descritos.

A leitura é uma trilha a ser percorrida pelo leitor no sentido de articular sua realidade cotidiana às ideias contidas no texto, pois este é originário das vivências de seu autor, da forma pela qual vê o mundo e com ele interage. Ao ler, o leitor precisa confrontar seu contexto com aquele explicitado no material lido e, a partir daí, elaborar novos significados. A leitura proveitosa propicia a reorganização das experiências do leitor.

Estudar seriamente um texto é estudar o estudo de quem, estudando, o escreveu. É perceber o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. É buscar as relações entre o conteúdo em estudo e outras dimensões do conhecimento. Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto. Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim à sua atitude crítica em face dele. (FREIRE, 2004, s.p)

Como vemos, por meio da leitura, além de se acessar ideias que são demonstradas através de argumentos que devem ser compreendidos, interpretados, reelaborados, se tem contato com elementos que podem vir a subsidiar a análise da realidade. Ler é extrair do texto uma posição crítica e combiná-la com uma leitura do mundo, do contexto em que se vive. Como nos lembra Vazquez (1997), ainda que a teoria por si só não tenha o poder de transformar o mundo, pode contribuir para sua mudança, desde que assimilada por aqueles que vão fazer, com seus atos reais, efetivos, tais transformações.

Temos, nessa dinâmica, a possibilidade de efetivação de uma ação deliberada, consciente e reflexiva sobre a realidade, ou seja, a *práxis*, conceito sobre o qual nos deteremos mais a seguir.

CONCEPÇÃO DE PRÁXIS

O termo *práxis* é utilizado por Vázquez (1997) para se referir à atividade consciente objetiva. Para o autor, a atividade caracterizada como *práxis* é

(...) uma atividade material, transformadora e ajustada a objetivos. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há *práxis*

como atividade puramente material, isto é, sem uma produção de finalidades e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica. (VÁZQUEZ, 1997, p.108)

Assim, toda práxis é uma atividade, porém não necessariamente qualquer atividade é práxis.

Práxis é a ação permeada pela intenção; é a atividade humana voltada para um fim específico. Marx (1983, p.201-202), assim se refere à intencionalidade presente no trabalho humano:

Ao final do processo de trabalho, surge um resultado que antes de começar o processo já existia na mente do operário: ou seja, um resultado que já tinha existência ideal. O operário não se limita a fazer mudar de forma a matéria que lhe oferece a natureza, mas sim, ao mesmo tempo, realiza nela a sua finalidade, finalidade que ele sabe que governa como uma lei as modalidades de sua atuação, e à qual ele tem que sujeitar sua vontade.

Atividades de ordem biológica ou instintiva restritas ao nível natural dos seres humanos, não são consideradas singularmente humanas. A atividade especificamente humana comporta a dimensão consciente, porque a meta real pretendida está antecipada uma meta ideal, possibilitando ao ser humano estabelecer relação de interioridade com seus atos e com seu produto - limitado obviamente pelo objeto da ação e pelos mecanismos através dos quais materializa o fim.

A atividade da consciência, presente em toda e qualquer verdadeira atividade humana, une a elaboração de fins e a produção de conhecimentos. Sendo assim, estão unidas a atividade cognoscitiva - relativa à realidade que se pretende conhecer - ao demandar o conhecimento do objeto, dos meios e instrumentos para a transformação; e a atividade teleológica - relativa à realidade futura - não limitada a desejos e sonhos, mas acompanhada do desejo de realização (VÁZQUEZ, 1997).

A atividade educacional se constitui numa forma peculiar de práxis e exige que seja compreendida como tal. O professor, na condição de agente dessa práxis, necessita de uma sólida formação. Esta situação, portanto, nos coloca diante do desafio de superar a formação instrumental. Mas o que significa este caráter meramente instrumental da formação docente? Acreditamos que uma formação fortemente marcada pelo distanciamento entre teoria e prática tem poucas condições de proporcionar o exercício da crítica, do pensamento, da ação consciente e reforça uma tendência que vem se tornando cada vez mais forte na sociedade atual que é a destruição da autonomia do pensamento e da capacidade da auto-reflexão.

Em decorrência da ausência da auto-reflexão estamos assistindo cada vez mais comportamentos sociais irrefletidos ou até mesmos irracionais e preconceituosos, formados a partir de rígidos estereótipos e repetições constantes.

No caso do trabalho docente, ao dicotomizar teoria e prática, o professor tem cerceadas as possibilidades de agir de forma consciente e de captar os condicionantes que o determinam, sendo dificultada a reconstrução da realidade. Na verdade, é a divisão social do trabalho que se faz presente no contexto educacional, em que alguns pensam, teorizam, projetam, organizam e deliberam, enquanto outros cumprem, executam e agem na condição de *pseudoindivíduos* aptos apenas para fazer. Essa separação abala a capacidade de refletir sobre suas práticas e de compreender a estrutura educacional.

ENFOQUES DA PESQUISA PARA A INTERVENÇÃO

A prática docente entendida na perspectiva da práxis, isto é, da união indissociável entre teoria e prática, abre a possibilidade, dentre outras, de os professores pesquisarem sua própria prática produzindo novos conhecimentos e novas práticas. Ao assim fazê-lo, os professores podem se apropriar e (re) significar suas práticas, num processo de reconstrução desvelando suas múltiplas dimensões, refazendo seu movimento, detectando suas contradições, resgatando a força motriz que nelas estão subjacentes, assumindo novos compromissos e definindo metas mais objetivas para intervir na realidade em que atuam.

Através da pesquisa o professor produz ciência, pois pesquisar é o ato por meio do qual são produzidas ideias, conceitos, representações, descrições, interpretações que atribuem sentido e significado ao mundo e à existência humana. É uma atividade racional, complexa, sistematizada, realizada com base em métodos, técnicas e rigor adequado. Objetiva a produção do novo – novas teorias, novas verdades - que conduz a novas práticas, novos avanços na sociedade. Consiste na busca de ‘algo mais’ para além daquilo que já se conhece e se faz.

A pesquisa faz parte da dinâmica que envolve o conhecimento; ele nunca está definitivamente pronto, mas, ao contrário, está suscetível a alterações constantes, em permanente construção.

Pesquisar é buscar respostas. Inicia-se com a percepção de um problema teórico ou empírico, isto é, de uma pergunta para a qual não se dispõe de uma resposta por isso é preciso observar, experimentar, analisar, seguindo encaminhamentos metodológicos específicos que envolvem tanto as formas pelas quais esse problema será abordado até as técnicas e procedimentos para

a coleta de dados. Os resultados obtidos devem ser válidos, embora marcados pela provisoriamente característica do conhecimento científico.

No campo da educação, podem-se levar em consideração duas grandes vertentes: a pesquisa positivista e a pesquisa baseada nas teorias críticas. O Positivismo se constituiu em função do avanço das ciências naturais, em especial das biológicas e fisiológicas, no século XIX, exigindo objetividade na descrição e análise da experiência. A pesquisa baseada nas teorias críticas, por sua vez, contrapõe-se ao Positivismo e considera a realidade como um processo em movimento, em transformação. Nesta perspectiva, o pesquisador e o que é investigado estão em diálogo, interagindo, se comunicando. A vertente inclui várias tendências como o Agir Comunicativo (HABERMAS, 1992), Análise do Discurso (PÊCHEUX, 2002; ORLANDI, 1999), Etnografia (ANDRÉ, 1999), Histórias de Vida (ABRAHÃO, 2001, 2004; FISCHER, 2003), Pesquisa-ação (ELLIOT, 1997) e Pesquisa participante (BRANDÃO, 1999).

Gatti (2002) destaca que qualquer que seja a opção do pesquisador, será necessário incluir-se culturalmente no enfoque, de tal modo a, efetivamente, produzir pesquisa com aquelas características, sabendo criar um problema, investigando-o com bases teóricas que não sejam meras cópias de autores, mas efetivo confronto, denotando a capacidade de o pesquisador produzir ciência e não simplesmente reproduzir textos e teorias.

Na perspectiva da prática docente como práxis é a pesquisa-ação que se apresenta como uma das metodologias mais pertinentes, e esta não é compatível com procedimentos metodológicos inerentes à vertente positivista, pois ela requer em sua execução uma imersão na subjetividade de todos que dela fazem parte. Diante disso, a pesquisa-ação rompe com a visão positivista da produção do conhecimento em educação. Tal ruptura se situa no fato de que a pesquisa positivista, calcada na experimentação, pretende-se neutra e autônoma diante da realidade social. A pesquisa-ação assume uma diferente condição perante o conhecimento, já que almeja, ao mesmo tempo, o conhecimento e a intervenção na realidade investigada. A articulação entre pesquisa e ação requer do pesquisador que participe do universo pesquisado e isso afasta uma possível postura de neutralidade ou de controle das situações pesquisadas exigidos pelo Positivismo.

Os pressupostos da pesquisa-ação – que serão discutidos na seqüência - dão sustentação teórica à elaboração de projetos de intervenção, que são um dos focos deste curso como o próprio nome desta disciplina alude.

PESQUISA-AÇÃO

Nessa metodologia de pesquisa, a prática é compreendida como práxis da forma que vimos anteriormente em que o pesquisador está diretamente envolvido em uma perspectiva de mudança. A pesquisa-ação se baseia no entendimento de que deve haver uma relação dialética entre pesquisa e ação, considerando, também, que a pesquisa precisa assumir a função de transformar a realidade. No campo educacional, essa metodologia tem sido bastante utilizada tendo em vista a pertinência e importância de seu caráter pedagógico. Ao desenvolverem projetos de pesquisa-ação, os professores têm ampliadas as possibilidades de apropriação, (re)significação de suas práticas avançando no processo de construção de conhecimentos teóricos e empíricos.

Segundo Thiollent (2005, p. 16):

Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Desse modo, o que qualifica uma pesquisa como sendo pesquisa-ação é o intuito dos envolvidos de encaminhar ações efetivas diante do problema proposto como foco de intervenção. Nessa metodologia de pesquisa, os pesquisadores ocupam papéis ativos na resolução dos problemas detectados, no acompanhamento e na avaliação das ações desenvolvidas. Thiollent (2005, p. 18), caracteriza a pesquisa-ação:

- a) por uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontradas nessa situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa-ação não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo). Pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento, ou o 'nível de consciência', das pessoas e dos grupos considerados.

A pesquisa-ação vem sendo utilizada com maior frequência em projetos de pesquisa educacional porque sua orientação metodológica coloca os pesquisadores em condição de produzir conhecimentos mais pertinentes e efetivos no âmbito das questões pedagógicas o que cria um ambiente propício à ação e transformação de situações próprias dos espaços educacionais formais e não-formais. Envolve uma maneira de investigar baseada na autorreflexão coletiva por parte de integrantes de um grupo social a fim de avançarem em suas práticas sociais, educacionais bem como entenderem melhor essas práticas e o contexto em que acontecem. Trata-se de uma metodologia que exige a colaboração, pois sem esta não pode ser considerada pesquisa-ação.

Sendo assim, como uma atividade colaborativa, requer negociação entre os diferentes sujeitos que dela participam. Seu aspecto inovador se deve principalmente ao caráter participativo, ao impulso democrático e à contribuição à mudança social que comporta. A pesquisa-ação cria condições favoráveis à superação das lacunas existentes entre a pesquisa educativa e a prática docente, isto é, entre a teoria e a prática, sendo que seus resultados aumentam o autoconhecimento e as capacidades de compreensão dos professores e assim contribuem com mudanças, porém é importante que não seja confundida com autoavaliação.

A pesquisa-ação tem início com a busca da clareza e do diagnóstico de uma situação prática ou um problema prático que se pretende atenuar ou resolver. Em seguida se formula estratégias de ação. Após, se desenvolvem tais estratégias e se avalia seus resultados para, na sequência ampliar a compreensão da nova situação.

Franco (2005, p. 489) realça a necessidade de que o campo da pedagogia disponha de uma metodologia de caráter formativo e emancipatório como a pesquisa-ação. Para ela, a investigação sobre a prática educativa deve contemplar:

- a ação conjunta entre pesquisador-pesquisados; a realização da pesquisa em ambientes onde acontecem as próprias práticas; a organização de condições de autoformação e emancipação aos sujeitos da ação; a criação de compromissos com a formação e o desenvolvimento de procedimentos crítico-reflexivos sobre a realidade; o desenvolvimento de uma dinâmica coletiva que permita o estabelecimento de referências contínuas e evolutivas com o coletivo, no sentido de apreensão dos significados construídos e em construção; reflexões que atuem na perspectiva de superação das condições de opressão, alienação e de massacre da rotina; ressignificações coletivas das compreensões do grupo, articuladas com as condições sócio-históricas; o desenvolvimento cultural dos sujeitos da ação.

Assim, a pesquisa-ação, desde que estruturada dentro dessa perspectiva, é uma ação que cientificiza a prática educativa, partindo de princípios éticos

que pretendem a contínua formação e emancipação dos sujeitos da prática. Nesse sentido, a pesquisa-ação se configura como uma ciência da práxis e o objetivo da pesquisa passa a ser o ato de elaborar a dialética da ação de modo pessoal e único em que se chega a uma reconstrução racional pelo ator social. (BARBIER, 2002).

A pesquisa-ação pretende construir, com sua metodologia, o conhecimento da *pedagogia da mudança da práxis*, envolvendo uma melhor compreensão dos condicionantes dessa práxis, mudanças nas práticas profissionais, reestruturação de processos formativos. Enfim, produzir conhecimentos que, após cientificizados, contribuam com a melhoria das práticas e com fins coletivamente almejados. (FRANCO, 2005).

Os pressupostos epistemológicos da pesquisa-ação envolvem a priorização da dialética da realidade social, da historicidade dos fenômenos, das contradições, das relações com a totalidade, da ação dos sujeitos sobre suas circunstâncias. Nesse sentido, a práxis precisa ser concebida como mediação básica na construção do conhecimento, pois por meio dela se veicula teoria e prática, pensar e agir, pesquisar e formar. Por isso, não há como separar sujeito que conhece do objeto a ser conhecido, sendo que o conhecimento não se restringe à mera descrição, mas busca o explicativo; parte do observável e, vai além, por meio dos movimentos dialéticos do pensamento e da ação. Assim, a interpretação dos dados precisa se realizar em contexto e o saber produzido é necessariamente transformador dos sujeitos e das circunstâncias. (FRANCO, 2005).

Há que se adotar encaminhamentos metodológicos que criem um clima de práticas permeadas pelo diálogo, participação e que busquem mudanças. Trata-se de um importante desafio metodológico, pois consiste na inserção da pesquisa-ação em uma perspectiva de investigação científica, concebida de modo aberto e na qual ciência não seja entendida como sinônimo de positivismo, funcionalismo e de outros rótulos. (THIOLLENT, 2005).

Franco (2005) apresenta alguns princípios para fundamentar a epistemologia da metodologia da pesquisa-ação. Para a autora se deve, na escolha metodológica, rejeitar noções positivistas de racionalidade, de objetividade e de verdade. A práxis social deve ser o ponto de partida e de chegada na construção/ressignificação do conhecimento e o processo de conhecimento necessita ser construído nas múltiplas articulações com a intersubjetividade. Esclarece que a pesquisa-ação precisa ser realizada no ambiente natural da realidade a ser pesquisada. Para ela, a flexibilidade de procedimentos é fundamental e a metodologia deve permitir ajustes e caminhar de acordo com as sínteses provisórias que vão se estabelecendo no grupo. O método deve contemplar o exercício contínuo de espirais cíclicas: planejamento; ação; reflexão; pesquisa;

ressignificação; replanejamento, ações cada vez mais ajustadas às necessidades coletivas, reflexões, e assim sucessivamente.

Esses pressupostos da pesquisa-ação fundamentam o que designamos neste curso como *Projeto de Intervenção*, isto é, uma pesquisa focada na realidade dos espaços de educação formal e não-formal, da qual todos os envolvidos participam buscando mudanças.



PROJETO PRÁTICO DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL

MARGARETH DE FÁTIMA MACIEL

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Como vimos, na pesquisa que tem a intervenção como meta, a relação entre pesquisador e objeto pesquisado se dá de forma dinâmica determinando os próprios rumos da investigação, sendo uma produção de todo o grupo envolvido. Pesquisar é, assim, agir, construir, transformar coletivamente, analisar as forças sócio-histórico-políticas presentes nas situações e as implicações dos referenciais de análise.

O projeto de intervenção, assim como o consideramos neste curso, deve ser entendido e elaborado como atividade compartilhada com um coletivo. Desde as primeiras definições até sua elaboração e execução deverá ocorrer coletivamente.

Para que o projeto de intervenção seja organizado de acordo com a proposta apresentada acima é preciso delinear os instrumentos de

investigação e o grupo de pesquisa. A pesquisa na área social é, na maioria das vezes, desenvolvida nas universidades ou então, “nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdade e exclusões sociais” (GOHN, 2010, p. 48), entre outros órgãos representantes da sociedade civil e órgãos públicos.

Para iniciarmos o projeto de intervenção de modo efetivo para realização da pesquisa, partimos do pressuposto de que o projeto tem sua fase inicial na pesquisa exploratória que compreende algumas fases, quais sejam: “a escolha do tópico de investigação, a delimitação do problema, a definição do objeto e dos objetivos, a construção do marco teórico conceitual, a escolha dos instrumentos de coleta de dados, a exploração de campo” (MINAYO, 1994, p. 32)

A pesquisa na área da educação não formal é muito restrita, cuja predominância está apenas em levantamento de dados realizados por ONGs, com a finalidade de obter subsídios financeiros (GOHN, 2010). Portanto, podemos afirmar que há inúmeros pontos a serem investigados nesta área, uma vez que, trata-se de uma área carente e que, muito recentemente, tem se constituído uma área em processo de construção.

Gohn (2010) alerta para que as pesquisas realizadas nesta área apontem uma análise mais crítica sobre as representações manifestadas pelos sujeitos para que apresentem uma visão mais clara da realidade vista pelo pesquisador e não apenas registre os dados para que o leitor tenha conhecimento e elabore a sua conclusão.

Nesse sentido, é importante considerar o projeto como uma etapa significativa para despertar a investigação metódica e não apenas curiosa sobre a realidade e, para isso, é recomendável conhecer e adotar critérios mais rigorosos que provêm da composição do próprio método científico e que, segundo Minayo (1994), envolvem 3 dimensões: técnica (instrumentos de pesquisa), ideológica (construção da base teórica) e científica (reconstrução da realidade a partir do método científico).

Segundo estudos realizados por Andaloussi (2004), para iniciar a investigação da pesquisa-ação, o pesquisador não define nenhum instrumento que possa intervir ou interromper a ação proposta, mas deverá adequá-los à natureza da problemática estudada, é esta que irá demarcar os instrumentos a serem aplicados.

Para o autor, são dois os elementos fundamentais que irão direcionar a pesquisa: a instrumentação e a *démarche* (procedimento ou abordagem) avaliativa.

Em relação ao primeiro elemento – instrumentação - o pesquisador pode variar a escolha dos instrumentos ou da coleta de dados podendo

articular aqueles instrumentos que possuem características tanto para dados quantitativos quanto para qualitativos inclusive simultaneamente, pois não se trata, no processo, de qualquer possibilidade de controle. Assim, se podem utilizar instrumentos com o intuito de coletar informações diferenciadas de forma indireta, quando estão fora da pesquisa e, direta quando são provenientes do processo em curso e dos dados obtidos nas interações dos sujeitos pesquisados.

Difícilmente se elaboram instrumentos específicos à pesquisa-ação, porém muitos utilizam algumas técnicas desenvolvidas nas ciências humanas como: a observação sistemática, a avaliação, a enquete, etc.

A *observação* é a responsável pela aquisição de maior parte do nosso conhecimento, pois podemos estabelecer relações entre fatos, acontecimentos e opiniões de modo mais incisivo quando os presenciamos. Após tomarmos ciência do fato, analisá-lo mediante associações de ideias, e estabelecer um juízo de valor, podemos chegar a uma conclusão mais consistente.

Entendemos que esse primeiro passo é fundamental, pois exige do observador, atenção, disciplina, coerência no raciocínio e na emissão final do resultado a que chegou sobre determinado acontecimento.

O universo escolar e não escolar é constantemente instável. A todo o momento há decisões a serem tomadas pelo gestor, pelo corpo docente e discente. A diversidade, inerente aos indivíduos, exige apoio e atendimento diário. Uns são diferentes dos outros. Uns mais lentos do que outros. Uns mais indisciplinados do que outros. Uns mais dinâmicos e exigentes que outros.

Em se tratando do ambiente escolar, além do cumprimento do horário, vencer conteúdos num determinado tempo, atender à burocracia da escola com livros de chamada, programas, planejamento, reuniões, etc., faz com que o professor busque alternativas didáticas criativas para que os alunos possam acompanhar o desenvolvimento das atividades, e assim melhorar seu desempenho e aprender.

Os setores administrativos, mais burocráticos, não apresentam situações muito diferenciadas do que a sala de aula.

As dificuldades reais do cotidiano escolar envolvem questões para além da sala de aula e, que, muitas vezes, não estão ao alcance nem do gestor nem do professor.

Isso implica reconhecer que a realidade social traz situações que expressam a falta de dignidade e o sofrimento que acompanham a pobreza dentro e fora dos ambientes escolares. Por isso, na pesquisa-ação todos os dados são importantes para desvelar as condições ocultas da realidade.

O trabalho da pesquisa, realizado nesta circunstância, procura compreender que em “cada frase de nossos textos teóricos esteja imersa

a convicção de que a prática pedagógica, para ser aprimorada, necessita de decisão política e ação política.” (KRAMER, 1994, p. 117)

O pesquisador entende que, ao observar situações rotineiras, acaba necessitando de um conhecimento mais amplo, como por exemplo, o contexto no qual os indivíduos estão inseridos e as condições as quais estão submetidos.

É a partir de uma forma criteriosa de observar, que vai da simplicidade à complexidade da sala de aula e para além dela, que o professor poderá encontrar alternativas para que sua prática se torne mais adequada às reais necessidades dos alunos e da sociedade.

Quando tratamos da observação do espaço pesquisado, estamos dizendo que o objeto a ser observado aparece num contexto natural, isto é, ele não foi preparado pelo observador, mas apenas percebido e selecionado por ele como elemento que merece uma análise mais criteriosa. Esse posicionamento acaba por delimitar, num ambiente bastante diverso, o que realmente necessita ser investigado. Ressalta-se, porém, que essa escolha é, muitas vezes, determinada por uma teoria prévia, sem a qual a realidade não se revelaria.

A observação não se restringe apenas à percepção da existência de fatos, objetos ou situações, mas explicita a real intenção de conhecê-los e revela o grau de interesse do pesquisador em encontrar uma alternativa ou solução, levando em consideração o contexto em que se encontra o conhecimento teórico que irá subsidiar o estudo e as possibilidades de realizar concretamente tal proposta.

A aplicação de novas estratégias é outro elemento do processo investigativo a ser introduzido uma vez que a observação conduz à experiência. É a partir de uma concepção teórica que se organizará a aplicação das estratégias mais viáveis a cada situação. O pesquisador poderá realizar os testes à medida que for colhendo seus resultados: se positivos, poderá continuar e aperfeiçoá-los; se negativos, deverá retornar ao início do processo e propor novas estratégias de solução.

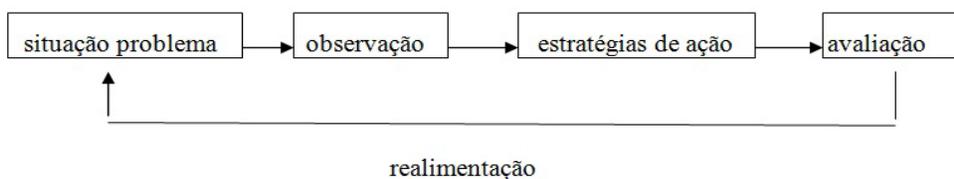
Por exemplo: o professor poderá aplicar uma metodologia de ensino diferenciada numa mesma série, utilizar diferentes materiais num único dia de aula, estabelecer regras de conversação menos conservadoras, variar a forma da ação pedagógica entre a intervenção e a observação.

No caso de líder, chefe ou gestor poderá propor estratégias de administração mais democráticas e socializar as decisões a serem tomadas no ambiente de trabalho. Haverá tantas estratégias quantas o pesquisador puder aplicar, conforme a situação levantada, para que os resultados venham minimizar as dificuldades existentes.

A *avaliação* do processo será imprescindível para verificar até que ponto a situação ficou resolvida e proporcionou melhor desempenho nos aspectos analisados.

O resultado obtido poderá servir para realimentar o processo, tornando-o cada vez mais avançado e, assim, ser aplicado em outras situações semelhantes.

O esquema abaixo pode ilustrar como a pesquisa, nessa perspectiva, promove uma mudança mais comprometida com o desenvolvimento.



Nesse sentido, a pesquisa não fica restrita apenas a um elemento da realidade, nem a um indivíduo, pois todos poderão, ao mesmo tempo, ser sujeitos ou objeto da pesquisa.

Conforme Demo (1997, p. 13),

No oposto está a soberba do pesquisador exclusivo, que já considera ensino como atividade menor. Esta dicotomia evolui facilmente para a cisão teoria e prática: o pesquisador descobre, pensa, sistematiza e conhece. Cabe a outra figura, sobretudo a “decisores” assumir a intervenção na realidade. Saber desliga-se de mudar, o que pode acarretar para atividade de pesquisa estigmas muito preocupante.

O processo da pesquisa terá alcançado o resultado almejado desde que sejam conhecidas as abordagens teórico-metodológicas que irão subsidiar o pesquisador na condução das etapas de investigação.

Quanto ao segundo elemento - a *démarche* avaliativa - procura analisar aspectos da estrutura desencadeante da pesquisa-ação, as interações produzidas, os produtos das ações e as perspectivas elaboradas pelo pesquisador.

A pesquisa-ação possui uma *démarche* própria para relatar e avaliar a implementação dos dispositivos e das estruturas, seus funcionamentos, sua evolução e seus efeitos sobre a mudança. A avaliação inscreve-se em uma concepção dinâmica, com base em abordagens sistêmicas, institucionais, cibernética, etc., mais voltada para a regulação e a autocorreção. (ANDALOUSSI, 2004, p. 163)

Todo o processo da pesquisa-ação visa a mudança no ambiente em que se realizou a pesquisa e, após escrita, deve ser disseminada, transmitida, conhecida tanto por especialistas na área quanto pela população pesquisada.

PROJETO DE INTERVENÇÃO

Projetar significa lançar para diante, realizar algo num determinado período de tempo. A elaboração do projeto está ligada a dois eixos apresentados por Ackerman (1990): o eixo da abrangência e o eixo do aprofundamento. O primeiro garante a multiplicidade de contextos de uso de um conhecimento, e o segundo permite reconhecer e compreender as particularidades de um dado conhecimento.

Possui dois eixos, um de abrangência e outro de profundidade. O projeto é abrangente quando tratar o mesmo assunto articulado a áreas de interesse ampliando conceitos de acordo com a proposta apresentada e, demonstra profundidade quando reconhece e compreende melhor os aspectos específicos de um dado assunto.

Fazenda (1994) chama a atenção, do pesquisador, para o cuidado ao se privilegiar um em detrimento do outro, reafirmando a importância e necessidade do movimento entre os dois eixos.

Para a elaboração de um projeto de investigação há que se levar em consideração 3 etapas: a leitura, já discutida neste texto; a seleção de material bibliográfico e o fichamento de documentos.

Vamos abordar neste capítulo o que se refere ao segundo tópico dando continuidade ao processo da leitura.

SELEÇÃO DE MATERIAL E FICHAMENTO DE DOCUMENTOS

Tendo escolhido o tema, delimitado no tempo e espaço e selecionado as obras para desenvolver sua pesquisa vamos iniciar essa terceira etapa procurando lembrar a forma mais prática e eficaz que você adota para realizar seu estudo diário como preparar as atividades, fazer uma leitura, selecionar o material para o dia, organizar exercícios e estratégias de ação e outras atividades. Diante disso, pense como você gerencia o tempo, o espaço e o conteúdo a ser trabalhado.

Feito isso, queremos destacar que o processo da pesquisa não se difere muito desse ritual diário, apenas tem regras diferentes. Vamos apontar algumas etapas de como aproveitar melhor o tempo para desenvolver da maneira mais adequada a pesquisa científica.

Numa pesquisa temos como parâmetro inicial a *escolha do tema e a definição de uma situação-problema*. O que irá ampliar sua visão sobre esta escolha será buscar um referencial teórico, portanto, a primeira etapa a percorrer é a seleção e organização do material para consulta e identificação do tema.

A maior parte do conhecimento acumulado pela humanidade está registrada em livros, em documentos escritos. O documento é um tipo de material que pode ser utilizado para toda espécie de consulta. Há duas classificações de documentos, de acordo com Cervo; Berviam (1983) são a **natureza e forma**.

A natureza dos documentos se refere a **fontes e trabalhos**. A **fonte** é todo material não elaborado e próximo ao objeto de estudo e podem ser também oral. Os **trabalhos** são um material de segunda ordem, são elaborados a partir das fontes. Geralmente o valor que se dá a um trabalho é baseado na consulta que se faz às fontes. Muitos trabalhos monográficos, teses e dissertações são resultantes da interpretação e análise das fontes.

Quanto a **forma** dos documentos existem os textos manuscritos e impressos, periódicos, microfilmes, material pictórico, vídeos, mapas entre outros.

Um levantamento mais geral dos materiais existentes sobre o tema lhe dará condições para uma contínua e progressiva assimilação pessoal dos conteúdos a serem estudados.

Se você já tem conhecimento prévio do tema conhece obras e autores, o recomendado é começar a separar o referencial clássico, autores que marcaram época e contribuíram para a área do conhecimento, sendo que sua obra é considerada sempre atual. Essa leitura auxiliará nas discussões sobre o tema de modo mais amplo e consistente.

Num segundo momento você poderá entrar em contato com obras que interpretaram os autores clássicos, que apontam outro ponto de vista e direções sobre o tema.

E, por fim utilizar-se de todo e qualquer material disponível sobre o tema como revistas especializadas, dicionários, textos históricos, *internet*, etc., com o sentido de recolher informações mais atuais sobre o assunto. Dessa forma, você terá composto um Quadro Teórico de Referência, ou QTR que lhe permitirá conhecer obras e autores numa ampla perspectiva.

Porém, não basta apenas selecionar esse material, ele precisa ser preparado para disponibilizar os conteúdos necessários para o seu trabalho e, nisso consiste a segunda etapa: a prática de organizar a documentação.

A documentação, segundo Severino (2002), se divide em temática, bibliográfica e documentação geral.

Ficha de Documentação Bibliográfica

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

Textotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextot
extotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextote
totextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotext
totextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextotextote

Além destes, existem outros modelos de fichamento que podem ser utilizados em um trabalho, a organização da ficha vai depender de como o pesquisador compreende o tema para depois sistematizá-lo.

A documentação geral consiste em um tipo de material que não se encontra fora do período de sua publicação, são, em sua maior parte, os periódicos, como matérias de revistas e jornais, apostilas, manuais, relatórios, etc. Este material geralmente é armazenado em pastas fichário, onde receberá uma classificação por ordem de importância ou qualquer outra que o pesquisador determinar.

Para melhor se servir dos conteúdos e direcioná-los para o tema a ser analisado no trabalho de pesquisa, se faz necessário ainda observar o que e como transcrever. Conforme Salvador (1970) é essencial indicar com precisão os dados sobre o tema, não deixar dúvidas nos apontamentos para poder recorrer posteriormente sem dificuldade, definir o que vai fazer parte do cabeçalho identificando com exatidão o assunto e a obra e, por fim, utilizar o material com a finalidade de aproveitá-lo na pesquisa.

Desta forma, a preparação inicial para o desenvolvimento da pesquisa científica permitirá que você realize o trabalho com mais segurança e coerência, bem como dar início a próxima etapa do processo que é a elaboração do projeto de pesquisa.

A ESCOLHA DO TEMA

Tema é o assunto que se deseja provar ou desenvolver; é uma dificuldade, ainda sem solução. Segundo Lakatos; Marconi (1986), escolher um tema significa levar em consideração fatores internos e externos.

Para as autoras, os fatores internos se referem a questões próprias do pesquisador e, estão relacionadas às suas inclinações, aptidões e tendências; o assunto precisa ser compatível com as qualificações pessoais e que o objeto

mereça ser investigado e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa.

Os fatores externos se referem a disponibilidade de tempo para realizar uma pesquisa completa e aprofundada; a existência de obras pertinentes ao assunto em número suficiente para o estudo global do tema e a possibilidade de consultar especialistas da área, para uma orientação tanto na escolha quanto na análise e interpretação da documentação específica.

O tema pode originar-se da experiência pessoal, profissional, de estudos e de leituras, da observação, da descoberta da discrepância entre trabalhos ou da analogia entre disciplinas e outras áreas científicas. Ele é um atributo da realidade, está presente nela, o pesquisador precisa detectá-lo.

Escolhido o tema, é necessário delimitá-lo e, delimitar significa decompor em partes, é selecionar um tópico que será o objeto a ser pesquisado.

Na pesquisa social, os temas se apresentam de modo muito amplo, por isso a delimitação, para especificar e aprofundar questões pertinentes aos aspectos mais relevantes do tópico selecionado. Daí em diante, parte-se para a elaboração do projeto.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Todo projeto parte de uma situação-problema que se quer resolver. Geralmente, o problema a ser levantado é uma questão, uma pergunta que se faz ao tema, e que exige a busca de respostas dentro de um campo de estudo. É a partir da situação-problema que se desenvolve o restante dos itens do projeto. É necessário, que, ao se formular a questão, o pesquisador tenha um conhecimento prévio sobre o assunto, a fim de que a pergunta tenha significado e valor para o conhecimento que se deseja alcançar. Essa escolha poderá estar relacionada à sua área de especialização, a uma lacuna na formação profissional, ou a um aspecto da realidade, em particular, que se queira aprofundar.

Para apresentar o problema, o texto deve ser acompanhado de um contexto, no qual se insere o tema. Aconselha-se descrever a trajetória percorrida pelo pesquisador em direção ao tema, demonstrando os conhecimentos adquiridos durante o percurso. Responde à pergunta – O quê?

JUSTIFICATIVA

Nesta parte do projeto, procura-se explicar qual o motivo da valorização da pesquisa sobre o tema escolhido. Pode-se, também, explicitar a contribuição que o trabalho irá trazer para a área do conhecimento, para a formação

profissional, ou ainda, para a sociedade em geral. Portanto, apresenta-se a relevância social e científica da pesquisa. Responde à pergunta – Por quê?

OBJETIVOS

Explicitam a finalidade da pesquisa, o que se pretende atingir, aonde se quer chegar e de que modo ela será realizada. Estabelecem-se o objetivo geral e os objetivos específicos.

Os objetivos indicam uma ação e, portanto, iniciam sempre com um verbo no infinitivo. Para o objetivo geral são utilizados verbos que dão ideia de continuidade, ou melhor, de algo que esteja sempre acontecendo. Exemplo: desenvolver, conhecer, analisar, avaliar, aplicar, apreciar, comparar, compreender, considerar, crer, demonstrar, saber, usar, aceitar, assumir, cooperar, julgar, manifestar, prever, reforçar.

Os objetivos específicos são mais limitados em tempo e espaço. Referem-se a ações que se cumprirão em local e data definidos. Exemplo: identificar, citar, enumerar, verificar, anotar, apontar, calcular, coletar, determinar, deduzir, definir, descrever, detectar, discriminar, distinguir, desdobrar, especificar, aumentar, explicar, estruturar, estabelecer, escolher, elaborar, exemplificar, formular, indicar, listar, planejar, preparar, relacionar, responder, representar, selecionar, transferir, aplicar, assimilar, classificar, contrastar, diferenciar, enunciar, escolher, localizar, resolver, sintetizar.

Pelos objetivos apresentados no projeto, o pesquisador poderá ter uma visão ampla do campo de estudo, ao mesmo tempo em que definirá o que irá fazer, e quais serão os meios utilizados. Responde à pergunta – Para quê?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O contexto teórico visa discutir a produção científica sobre o tema. Pode ser feita uma breve descrição das atividades de pesquisa, em que a leitura e a associação de ideias tenham permitido relacionar teoria e prática, interpretar situações reais com base em um conhecimento científico, e apontar outros pontos de vista.

É importante lembrar que a leitura e o fichamento de documentos (já apresentados anteriormente) correspondem a uma atividade essencial para o início da construção do Quadro Teórico de Referência (QTR) que, nesta etapa do projeto, irá contribuir sobremaneira para que o pesquisador demonstre o seu domínio sobre os conteúdos, conhecendo autores, obras e linhas teóricas, a serem tratados na pesquisa. Responde à pergunta – Como?

METODOLOGIA

Esta parte do projeto exige que se faça uma apresentação minuciosa do que será realizado ao longo do trabalho. É preciso explicitar o universo da pesquisa, quem será o sujeito ou sujeitos a serem investigados, quais serão os instrumentos a serem utilizados, as técnicas de amostragem e os critérios de seleção, se houver.

É importante esclarecer, também, se haverá intervenção ética quando se tratar de pesquisa *in loco* ou que envolva riscos reais para os sujeitos da pesquisa. Nesse caso, deve se verificar os critérios propostos pelo Comitê de Ética para inserir o projeto para a devida análise.

Quanto à caracterização da população, deve-se informar o maior número de dados possíveis, pois isso facilita o tipo de escolha das técnicas.

O método a ser utilizado é outro dado a ser descrito. Ele vai direcionar todo o pensamento lógico do pesquisador, abordando os itens de modo reflexivo e crítico. Responde à pergunta – Com o quê?

CRONOGRAMA

É o espaço no qual se registram as atividades a serem desenvolvidas e o prazo para que as mesmas possam ser realizadas. É uma forma de manter o controle do tempo para realização da pesquisa. Visa disciplinar o pesquisador quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos. Responde à pergunta – Em quanto tempo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Por fim, chegamos à etapa que completa a estrutura do projeto. Todo material utilizado, desde a introdução do projeto até a sua descrição, deve ser elencado na parte final. Essas referências seguem as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, na NBR 6023.

Cabe lembrar que esta estrutura de projeto não é rigorosa, ao contrário, esse é um tipo de trabalho que possui uma característica peculiar que é a de ser bastante flexível, pois mesmo durante a realização da pesquisa, itens da proposta inicial podem ser alterados, devido à necessidade de adequação e à própria dinâmica da realidade que se investiga.

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Organizado o projeto, o passo seguinte é o da coleta e análise dos dados. Para o registro dos dados, o ideal é que eles estejam centrados na situação-problema levantada para, em seguida, realizar uma classificação preliminar de acordo com os objetivos propostos no projeto.

O que e como registrar?

Segundo Inácio Filho (1995), o registro dos dados deve indicar precisamente a ideia que se pretende expor com o trabalho, evitando a dispersão. Deve ser claro e completo para facilitar a consulta no momento da redação, e devem ser indicadas as fontes corretas das quais os dados foram retirados.

Quando o registro for efetuado em diário, este deve ser atualizado todos os dias, e pode estar relacionado a vários tipos de manifestações, tais como, conversas e atividades realizadas nos diversos locais, que caracterizam o campo da pesquisa. Poderá, ainda, conter fatos, resultantes de impressões, da visão de mundo, das emoções, etc., do próprio pesquisador.

A análise dos dados é o momento em que se procede à classificação e organização dos dados coletados, a partir dos quais serão estabelecidas relações e/ou associações entre os fundamentos teóricos e os dados levantados, com o objetivo de apresentar os pontos divergentes e convergentes e, as tendências sobre o assunto. É o momento também, se houver necessidade, de tratar os dados estatísticos de modo interpretativo.

Geralmente, estabelecemos categorias de análise para agrupar elementos e ideias em torno de conceitos que possam abranger todo e qualquer aspecto relacionado ao assunto.

As questões da entrevista estão relacionadas ao objetivo e, a categoria, às respostas obtidas. O estabelecimento de categorias de análise permite a classificação do material coletado de modo a proporcionar maior clareza e objetividade na interpretação dos dados.

Feita a coleta e a análise dos dados, partimos para a organização final do trabalho. É o momento de redigir o texto e, para isso, é preciso conhecer as orientações pré-estabelecidas para sua área de atuação, embora o ponto de partida para todo texto científico tenha por base as normas apresentadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO

Nesta última unidade, em que trataremos da organização e redação do trabalho de pesquisa em educação, vamos retomar algumas questões apontadas anteriormente neste texto, e que se referem ao fato de o pesquisador realizar as técnicas de leitura, escrever um resumo, publicar um texto. Estas atividades possuem um caráter formador para a iniciação científica, quando organizados dentro de uma estrutura padrão, ou seja, aquela aceita pela comunidade científica.

Se você pretende expor ideias sobre um determinado assunto, propondo sua análise e discussão com a finalidade de criticar e defender um ponto de vista, você estará apresentando uma dissertação.

Dissertar é defender algo, utilizando um ou vários argumentos com a intenção de comprovar as ideias a serem defendidas sobre aquele assunto. (MAGALHÃES, 1993)

Para realizar uma dissertação, são exigidos certos cuidados com relação ao uso da língua padrão, tais como, a linguagem, a correção gramatical e a exposição do conteúdo de modo coerente.

Iniciemos pela **linguagem**. A linguagem científica é utilizada para apresentar a comunicação de um trabalho ou de uma atividade realizada no âmbito da ciência, e tem como objetivo disseminar seus resultados de forma compreensível entre os seres humanos. Por esse motivo, quanto mais clara e precisa ela for empregada, melhor resultado obterá a comunicação.

Algumas características como ser objetiva, simples, dissertativa, clara e com frases curtas, podem ser observadas quanto ao uso desse tipo de linguagem.

Estas características estão acompanhadas por um estilo próprio do pesquisador no decorrer da construção do texto. O estilo está relacionado a alguns aspectos bastante comuns na linguagem científica, quais sejam:

Empregar apenas uma pessoa em todo o texto ou a primeira ou a terceira; não deverá existir desperdício vocabular; o uso de muitas palavras deve ser evitado; escrever palavras entre aspas para indicar que não estão sendo empregadas com sentido usual pode confundir; usar palavras e não números no início da frase; numerais ordinais escrever por extenso; evitar tautologias; evitar o uso de muitos adjetivos. (INÁCIO FILHO, 1995, p. 78)

A **correção gramatical** geralmente é feita por um profissional da área de Letras, que procederá os ajustes do texto, observando os critérios estabelecidos para o uso correto da norma padrão da língua portuguesa, no caso do Brasil, e de países que utilizam esta língua.

Quanto à **exposição das ideias**, esta poderá, desde o início, ter a participação do orientador para discutir e contribuir com novas leituras e reflexões sobre o tema. Ao final, quando indicado para publicação, o trabalho poderá ser encaminhado para uma avaliação mais apurada, e que é realizada por um assessor *ad hoc* indicado pelo próprio orientador ou pelo setor responsável.

Para prosseguir à apresentação do estudo, o pesquisador deverá ter em mente uma *unidade temática* e uma *unidade estrutural* do trabalho. A primeira está relacionada exclusivamente ao tema da pesquisa no qual todos os dados e fundamentos estão concentrados, e se desenvolvem de modo explicativo e crítico.

A unidade estrutural se refere à organização técnica, à formatação do texto ou sobre como o conteúdo será disposto na folha impressa. Existem normas técnicas específicas para os vários tipos de trabalho, tais como resenhas, artigos e monografias, que abordaremos aqui, de maneira breve, para que você possa optar pela melhor forma de apresentar seu trabalho de conclusão de curso.

COMO ESCREVER

Apresentamos aqui uma forma que poderá auxiliá-lo(a) a realizar a redação do trabalho de pesquisa sem correr o risco de se perder na multiplicidade das ideias propostas, ou seja construir um texto de modo muito prolixo ou que ocorra a cópia de várias partes dos livros consultados.

Primeiro, procure organizar um plano de assunto a partir dos objetivos específicos propostos no projeto.

Selecionemos o tema Mensagem Subliminar e suponhamos que seus objetivos sejam os seguintes:

- Conceituar mensagem subliminar, como ela é aplicada, quais são seus efeitos na vida das pessoas no cotidiano;
- Compreender quais são os critérios de aplicação da mensagem subliminar, e de que maneira ela pode realmente afetar o público;
- Conhecer as diversas maneiras de se emitir a mensagem subliminar;
- Citar exemplos de casos que possuem mensagem subliminar e avaliar seus resultados.

O plano de assunto, sobre esse tema, pode ser elaborado da seguinte forma:

- Conceito de mensagem subliminar.
- Funcionamento da propaganda subliminar e seus critérios de aplicação.

- Formas de envio da mensagem subliminar;
- A efetividade da mensagem subliminar e seus resultados.

Com isso, podemos partir para o processo de redação do texto.

Inicialmente, você deve seguir as seguintes etapas, quais sejam: proceder a leitura, elaborar o fichamento dos documentos, organizar as principais citações e compor o quadro teórico de referência. Feito isso encaminhe o texto como segue abaixo:

1. Coloque o nome do autor e da obra;
2. Apresente o assunto a ser tratado da obra, este corresponde ao plano de assunto elaborado a partir dos objetivos;
3. Destaque a citação que identificou, no texto, como aquela que representa a ideia do autor em relação ao tema de forma *ipsis literis*;
4. Em seguida elabore a interpretação da ideia que o autor apontou na citação escolhida, você deve destacar os principais elementos presentes na citação;
5. E, finalmente, escreva uma síntese com base no conteúdo anterior, destacando o que considerou relevante, o que concordou ou não com o autor, como apresentaria a ideia discutida, etc..

Entendemos que, escrevendo o texto a partir desse encaminhamento, você poderá encontrar uma forma mais adequada de elaborar um texto científico, uma vez que, torna-se mais fácil para criar, após conhecer o conteúdo e para isso, é necessário seguir alguns procedimentos.

Essa atividade poderá ser representada da seguinte maneira:

MCLUHAN. Os meios de comunicação como extensão do homem. 2002. p. 257.	
ASSUNTO (primeiro item do plano de assunto)	O que é mensagem subliminar?
CITAÇÃO (cópia do texto)	“Os anúncios não são endereços ao consumo consciente. São como pílulas subliminares para o subconsciente, com o fito de exercer um feitiço hipnótico.”
IDEIAS PRINCIPAIS (retiradas da citação)	Os anúncios subliminares são comparados a um remédio homeopático. Objetivam persuadir o consumidor-leitor. Propõe, de modo a atingir o subconsciente, aumentar o consumo.

<p>INTERPRETAÇÃO (retiradas da citação e das ideias principais)</p>	<p>O receptor-consumidor é bombardeado de mensagens por todos os canais sensorial, sinestésico, visual, auditivo, em, praticamente todas as mídias. A mensagem subliminar presente na propaganda passa despercebida pelo consumidor ingênuo ou por aquele que não conhece os artifícios utilizados pela mídia para persuadi-lo a comprar.</p>
<p>SÍNTESE (elaboração de um texto novo baseado no quadro anterior, texto do pesquisador)</p>	<p>Muitas são as maneiras que se servem as mídias para conquistar o consumidor-leitor. No cotidiano, nos deparamos claramente com o fato de muitas pessoas, comprarem determinados produtos simplesmente por que o viram na televisão sendo que, muitas vezes, não sabem utilizá-lo, não estavam precisando e nem sabem para que serve. Isso demonstra a falta de conhecimento de um lado e a perspicácia de outro. O aumento do consumo de determinados produtos se dá por meio da propaganda que utiliza recursos dos mais variados para convencer o público de que o produto a ser vendido é bom. Chama-se a isso de mensagem subliminar, algo que está por trás do produto que instiga e conquista o consumidor.</p>

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA.

A partir do início dessa síntese, você poderá ampliar o texto apresentando justificativas, exemplos, posicionamento de outros autores, este é o seu texto. Fica mais fácil escrever a partir de algo ou da ideia de um autor. Na sequência você deve continuar o processo acompanhando os objetivos propostos no projeto.

TIPOS DE TRABALHO CIENTÍFICO

A resenha “é uma síntese ou comentário dos livros publicados feito em revistas especializadas das várias áreas da ciência, das artes e da filosofia.” (SEVERINO, 2002, p. 131)

Esta atividade é realizada para manter o acervo do pesquisador atualizado, ao mesmo tempo em que servirá para compor a documentação necessária para a realização de um trabalho científico.

Segundo Severino (2002, p. 131), a resenha pode ser:

Puramente *informativa*, quando apenas expõe o conteúdo do texto; é *crítica* quando se manifesta sobre o valor e o alcance do texto

analisado; é *crítico-informativa* quando expõe o conteúdo e tece comentários sobre o texto analisado.

Uma resenha pode ser estruturada de várias formas, de acordo com o autor consultado, devendo conter os elementos necessários, como:

- uma breve introdução – na qual consta uma contextualização da obra e do autor;
- um resumo com ou sem crítica - no primeiro há um posicionamento do resenhista exercendo sua opinião, ao mesmo tempo, em que apresenta a obra e, no segundo, (sem crítica) simplesmente descreve as ideias principais do autor;
- um comentário crítico ou síntese da obra.

A resenha se configura como um trabalho científico a ser publicado em periódicos especializados. É um texto breve, que pode ser escrito em duas ou três laudas.

A monografia é um trabalho científico que “caracteriza-se mais pela unicidade e delimitação do tema e pela profundidade do tratamento do que por sua eventual extensão, generalidade ou valor didático.” (SEVERINO, 2002, p. 129) É comum, nos cursos de graduação e pós-graduação, que sejam desenvolvidas monografias, como trabalho de conclusão de curso, embora teses e dissertações também se configurem monografias. Em todos os casos, há variações na composição dos elementos que constituem as partes do trabalho que são: pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Denomina-se pré-textual os seguintes elementos: capa, folha de rosto, dedicatória, agradecimento ou pensamento, sumário, listas de gráficos, tabelas, etc. e ainda banca examinadora.

É considerada parte textual apenas a introdução ou apresentação, o desenvolvimento e a conclusão ou considerações finais.

Nas partes pós-textuais, podem ser acrescentadas as notas, a bibliografia comentada, o glossário e, após as referências, os anexos ou apêndice.

Com relação às citações, deve-se observar, que há citações breves, com até 3 linhas, que vêm NO texto, entre aspas, sem itálico ou negrito; as citações longas possuem mais de 3 linhas e são colocadas fora DO texto, com tamanho de letra duas vezes menor do que àquela empregada, sem aspas e sem itálico ou negrito. Para tanto, deve-se usar margem especial de 4 cm e separada por dois espaços antes e depois do texto. As citações mistas não têm limite de linhas, por se tratar de uma interpretação das ideias do autor citado, referenciando o autor.

Para que as citações sejam usadas de forma adequada, devem ser observadas a NBR 10520 da ABNT e a NBR 6023, que diz respeito à apresentação das referências bibliográficas.

Além das formas de trabalho científico mais comuns apresentadas aqui, ainda poderão ser objetos de TCC:

1. Resumo expandido - possui até 3 páginas e contém a introdução, que seria uma breve apresentação do problema, objetivos e justificativa; na continuidade, vem o desenvolvimento com a descrição da metodologia, da fundamentação teórica utilizada e a análise dos dados; a conclusão apresenta os resultados obtidos e, por fim, devem ser elencadas as referências bibliográficas das obras mencionadas no resumo.
2. Relato de experiências - caracteriza-se por constituir uma descrição e análise de uma prática com a aplicação de métodos e técnicas diferenciadas do uso comum, e que tenham possibilitado um resultado significativo. É um texto breve, que não tem limite de páginas e pode seguir a mesma estrutura de um resumo expandido.
3. Material didático - mapas, objetos, manual, tabelas, esquemas, *softwares*, são materiais didáticos relevantes para o processo, e resultantes de um trabalho de pesquisa, de uma reflexão e de uma proposta de trabalho.

Podemos elencar várias formas de se apresentar um trabalho de conclusão de curso, mas o que vai torná-lo científico é o uso adequado do método científico e, portanto, passível de comprovação.

Após a exposição sobre a organização e a redação do trabalho científico, resta apenas você escolher a melhor forma de apresentar o seu tema em várias situações. De acordo com a norma, geralmente a proposta é de se fazer um artigo.

O artigo é um trabalho científico desenvolvido para comunicar os resultados de uma pesquisa concluída ou em fase de conclusão, podendo ser publicado em revistas especializadas ou em eventos da área na qual se encontra inserido.

Sua estrutura é bem simples. De acordo com Azevedo (1992), deve apresentar uma *introdução*, na qual são explicitadas a situação-problema e os objetivos propostos; a *revisão de literatura* que corresponde ao estágio da investigação da situação-problema à luz da fundamentação teórica adotada; a *metodologia* diz respeito às técnicas e aos instrumentos de análise aplicados e, *os resultados e a discussão do tema* explicitam os argumentos levantados. Ao final, deve constar a relação da bibliografia mencionada no texto.

O artigo pode estar sujeito a alterações na sua estrutura, pois deve seguir as normas da revista ou evento ao qual será submetido o trabalho, ou seja, a estrutura do trabalho é determinada pelo conselho Editorial ou pela Comissão Científica que avaliará o texto.

A pesquisa exige do pesquisador o processo de análise, o confronto de ideias, dados e evidências entre o objeto a ser pesquisado e os fundamentos teóricos existentes sobre o assunto. Por isso é importante conhecer de que modo a pesquisa científica é desenvolvida e como pode ser disseminada seja no meio acadêmico-científico, seja no meio social.

O artigo científico é uma das formas mais rápidas de divulgação dos resultados de um trabalho de pesquisa. Sua veiculação geralmente acontece por meio de periódicos especializados e anais de eventos.

Todavia, ainda queremos enfatizar alguns aspectos importantes sobre o artigo científico como:

1. Plágio

Plagiar significa etimologicamente, trapacear, o que difere de citar. O plágio em trabalhos científicos passou a ser muito comum depois que se expandiu a publicação de artigos e textos científicos na *internet*. Nos trabalhos de pesquisa é muito comum encontrarmos cópias de textos veiculados na *net*, mas é preciso tomar o devido cuidado na elaboração do texto para evitar o plágio e, necessário se faz buscar esclarecimentos tanto sobre o significado desse termo quanto da ação de quem o pratica, pois ambos têm gerado muita polêmica no meio acadêmico.

2. Citações

Quando nos propomos a realizar um trabalho científico, muitas vezes, recorremos a autores que possuem a linha teórica que adotamos para discutir ou analisar um tema. Nesse caso utilizamos a citação.

Considera-se citação em um texto a cópia literal de parte de um trecho da obra ou a interpretação das ideias do autor da obra, denominada de citação mista. As citações só aparecem no texto quando houver a necessidade de comprovação de algum posicionamento que queira enfatizar ou quando não há como escrever de outra forma uma ideia em vista de que o autor estudado apresenta claramente o posicionamento a ser defendido.

Encontramos na Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2002), três formas de apresentar uma citação: citação direta, citação indireta e citação de citação.

2.1 As citações diretas podem ser breves e longas:

Citações breves tem, no máximo, 3 linhas, são inseridas no texto e ficam dispostas entre aspas duplas.

Exemplo:

Quando tratamos da educação a distância, um dos aspectos a ser considerado nessa modalidade de ensino é a figura do estudante. Segundo Peters (2010, p. 41) “em um ensino adequado à educação a distância, os

estudantes sempre de novo devem ser motivados, precisam ser orientados no estudo autoplanejado e auto-organizado (...)"

As citações longas tem mais de 3 linhas, são separadas do texto com recuo da margem esquerda, espaçamento simples e possuem tamanho da fonte menor do que a utilizada no texto.

Exemplo:

Mais de três milhões de pessoas morrem por ano de doenças evitáveis como a tuberculose, disenteria ou malária. Nos países menos desenvolvidos, mais de 95 milhões de crianças menores de 15 anos trabalham para ajudar seus familiares, mais de um milhão de crianças se viram obrigadas a prostituir-se, cerca de um e meio milhão foram mortas em guerra, e perto de cinco milhões estão vivendo em campos de refugiados e similares. (DREIFUSS 1996, p. 12-13)

2.2 A citação indireta é composta de texto livre e representa as ideias do autor estudado, sendo necessário mencionar a fonte e a data de onde se originaram as ideias apresentadas.

Exemplo:

Morin (1995) mencionou alguns princípios de resistência de que dispomos naturalmente, que são princípios de esperança na desesperança. O primeiro deles é o *princípio da vida*, que consiste na regeneração natural de tudo o que existe. O segundo é o *princípio do inconcebível*, em que todas as grandes transformações ocorreram de forma impensada. O terceiro é o *princípio do improvável*, referindo-se a tudo o que aconteceu de positivo na história como, a princípio, improvável. O quarto é o *princípio da toupeira* que age no subsolo através das galerias subterrâneas até afetar a superfície. O quinto princípio é o do *salvamento* em que, diante do perigo, há uma tomada de consciência. E por fim o sexto, o *antropológico*, mencionando a pequena utilização, pelo homem, das possibilidades do espírito/cérebro.

2.3 Citação de citação

Esse tipo de citação corresponde ao uso do texto de autor mencionado em obra de outro cujo conteúdo não se teve acesso.

Exemplo:

Esse enfoque amplia a ação desejada hoje para o pedagogo e caracteriza-se pela construção de uma consciente base teórica, harmoniosamente articulada entre a pesquisa e a prática pedagógica observada e vivenciada.

Nos dizeres de Gonçalves *apud* Zeichner (1997, p. 46) fica mais clara essa perspectiva:

Uma lacuna percebida pelos licenciados com a qual concordamos, é a falta de uma prática mais efetiva e, que o estudante universitário possa

Ter contato com o ambiente escolar, tendo contato com os alunos e a complexidade que lhe é natural, uma vez que a prática de ensino é, em geral, insuficiente para lhes proporcionar essa experiência reclamada/ (...) é necessário que o estudante passe a pesquisar, a vivenciar experiências de aula, em parcerias com colegas e/ou professores o mais cedo possível, em seu curso de formação, tendo oportunidades para discutir, avaliar, redimensionar as experiências vividas por si e pelos colegas, desenvolvendo-se como profissionais reflexivos.

3. Referências

Outro elemento importante no trabalho científico são as referências utilizadas que também seguem a norma estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, por meio da NBR 6023. Vamos apresentar aqui alguns exemplos de obras muito comuns utilizadas em trabalhos de pesquisa.

Segundo a ABNT (2002), as obras possuem dados essenciais e dados complementares.

São dados essenciais: autor, título da obra, local, editora e data.

Os dados complementares compõem os essenciais acrescidos do nome da Série ou Coleção, número de páginas total do documento e língua original quando se tratar de livro traduzido.

Segue abaixo exemplos de referências de documentos mais comuns em trabalhos científicos:

Livro com um autor

PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

Capítulo de livro com organizador

CARNEIRO, V. L. Q. Televisão, vídeo e interatividade em educação a distância: aproximação com receptor-aprendiz. In: FIORENTINI, L. M. R.; MORAES, R. de A. (orgs.) **Linguagens e interatividade na educação a distância**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 75 – 110.

Periódico

URBIM, E. Robô com cabeça de bicho. **Galileu**. São Paulo: Globo, n. 200, p. 31. Mar. 2008.

Artigo de revista em meio eletrônico

AGUIAR, J. O.; BURITI, C. de O. Meio Ambiente e cultura nas capitâneas do nordeste colonial: nacionalismo e reformismo ilustrado na obra do naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara (1793-1814). **História**. São Paulo, 2009, v. 28, n.1, p.347-380. Disponível em <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>. Acesso em 12 de maio de 2011.

Em vista de esses elementos conterem muitos detalhes para serem expostos no trabalho são, ao mesmo tempo, importantes para tornar o texto mais consistente e científico.

Porém, é extremamente necessário observar e conhecer a legislação que adverte sobre o plágio no sentido de evitar que seu trabalho corra o risco de ser **reprovado** ou sofrer algum tipo de advertência judicial.

Desse modo, finalizamos os principais conteúdos relacionados a elaboração de um trabalho científico.

PARA SABER MAIS

Sobre redação técnica e científica:

ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MAGALHÃES, R. **Redação técnica**. Bauru: UNESP, 1990.

Sobre Publicações:

Periódicos. **Qualis**. Disponível em <http://www.capes.gov.br>. Acessado em jul 2008.

Publicações digitais em educação. Disponível em <http://www.bibli.fae.unicamp.br/pub/pub.html>. Acessado em jul 2008.

Sobre projeto:

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa** – abordagem teórico-prática. São Paulo: Papirus, 1996.

Projeto de pesquisa. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met05.htm> Acesso em jul. 2008.

Referências consultadas:

ACKERMANN, E. **Epistemologia e aprendizagem em grupo**. São Paulo: PUC, 2002. (Cambridge: MIT, 1990.)

ANDALOUSSI, K. E. **Pesquisas-ações: ciências, desenvolvimento, democracia**. Trad. de Michel Thiollent. São Carlos, EdUFSCAR, 2004.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma Brasileira 6023**. Brasília: ago. 2002.
- AZEVEDO I. B. de. **O prazer da produção científica**. Piracicaba: UNIMEP, 1992.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília, Plano, 2002.
- CANDIDO, A. Para gostar de ler. São Paulo: Ática, 1984. Ap.: BELLINE, A. H. C. **A dissertação**. São Paulo: Ática, 1988.
- CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica para uso dos estudantes universitários**. 3.ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 1983.
- DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades – mundialização, globalização, planetarização – novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DEMO, P. **Pesquisa como princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1997.
- FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.
- FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. p. 483-502.
- FREIRE, P. **Considerações em torno do ato de estudar**. Revista Espaço Acadêmico. N.33. Fev. 2004. ISSN 1519.6186. Disponível em < http://www.espacoacademico.com.br/033/33pc_freire.htm#_ftnref2 >
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1986. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.
- GALLIANO, A. G. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.
- GATTI, B. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano, 2002.
- _____. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Brasileira de Formação de Professores**, RBF. .v. 1, n. 1, p.90-102, maio, 2009.
- GOHN, M. da G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

- GUERRA, M. de O.; CASTRO, N. C. de. **Como fazer um projeto de pesquisa**. São Paulo: PUC, 2000. mimeo.
- INÁCIO FILHO, G. **A monografia na universidade**. São Paulo: Papirus, 1995.
- KRAMER, S. **Por entre as pedras: arma e sonho na escola**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. Tradução de Maria Helena B. Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.
- SALVADOR, A D. **Métodos e técnicas da pesquisa bibliográfica**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1971.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. _____. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas**. Lisboa: Educa, 1997.

ANEXO

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO ATO DE ESTUDAR

PAULO FREIRE

Toda bibliografia deve refletir uma intenção fundamental de quem a elabora: a de atender ou a de despertar o desejo de aprofundar conhecimentos naqueles ou naquelas a quem é proposta. Se falta, nos que a recebem, o ânimo de usá-la, ou se a bibliografia em si mesma, não é capaz de desafiá-los, se frustra, então a intenção fundamental referida.

A bibliografia se torna um papel inútil, entre outros, perdido nas gavetas das escrivaninhas.

Essa intenção fundamental de quem faz a bibliografia exige um triplo respeito: a quem ela se dirige, aos autores citados e a si mesmos. Uma relação bibliográfica não pode ser uma simples cópia de títulos, feita ao acaso, ou por ouvir dizer. Quem a sugere, deve saber o que está sugerido e por que o faz. Quem a recebe, por sua vez, deve ter nela, não uma prescrição dogmática de leituras, mas um desafio. Desafio que se fará mais concreto na medida em que comece a estudar os livros citados e não só a lê-los por alto, como se os folheasse, apenas.

Estudar é, realmente um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica sistemática. Exige disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a.

Isto é, precisamente, o que a “educação bancária”* não estimula. Pelo contrário, sua tônica reside fundamentalmente em matar nos educandos a curiosidade, o espírito investigador, a criatividade. Sua “disciplina” é a disciplina para a ingenuidade em face do texto, não para a indispensável criticidade.

Este procedimento ingênuo ao qual o educando é submetido, ao lado de outros fatores, pode explicar as fugas ao texto, que fazem os estudantes, cuja leitura se torna puramente mecânica, enquanto, pela imaginação, se deslocam para outras situações. O que se lhes pede, afinal não é a compreensão do conteúdo, mas sua memorização. Em lugar de ser o texto e sua compreensão, o desafio passa a ser a memorização do mesmo. Se o estudante consegue fazê-lo, terá respondido ao desafio.

Numa visão crítica, as coisas se passam diferentemente. O que estuda se sente desafiado pelo texto em sua totalidade e seu objetivo é apropriar-se de sua significação profunda.

Esta postura crítica, fundamental, indispensável ao ato de estudar, requer de quem a ele se dedica:

a) Que assuma o papel de sujeito deste ato.

Isto significa que é impossível um estudo sério se o que estuda se põe em face do texto como se estivesse magnetizado pela palavra do autor, à qual emprestasse uma força mágica. Se se comporta passivamente, “domesticamente”, procurando apenas memorizar as afirmações do autor. Se se deixa “invadir” pelo que afirma o autor. Se se transforma numa “vasilha” que deve ser enchida pelos conteúdos que ele retira do texto para pôr dentro de si mesmo.

Estudar seriamente um texto é estudar o estudo de quem, estudando, o escreveu. É perceber o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. É buscar as relações entre o conteúdo em estudo e outras dimensões do conhecimento. Estudar é uma forma de uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto. Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim à sua atitude crítica em face dele.

A atitude crítica no estudo é a mesma que deve ser tomada diante do mundo, da realidade, da existência. Uma atitude de adentramento com a qual se vá alcançando a razão de ser dos fatos cada vez mais lucidamente.

Um texto estará tão melhor estudado quando, na medida em que dele se tenha uma visão global, a ele se volte, delimitando suas dimensões parciais. O retorno ao livro para esta delimitação aclara a significação de sua globalidade.

Ao exercitar o ato de delimitar os núcleos centrais do texto que, em sua interação, constituem sua unidade, o leitor crítico irá surpreendendo todo um conjunto temático, nem sempre explicitado no índice da obra. A demarcação destes temas deve atender também ao referencial de interesse do sujeito leitor.

Assim é que, diante de um livro, este sujeito leitor pode ser despertado por um trecho que lhe provoca uma série de reflexões em torno de uma temática que o preocupa e que não é necessariamente a de que trata o livro em apreço. Suspeitada a possível relação entre o trecho lido e sua preocupação, é o caso, então, de fixar-se na análise do texto, buscando o nexos entre seu conteúdo e o objeto de estudo sobre que se encontra trabalhando. Impõe-se-lhe uma exigência: analisar o conteúdo do trecho em questão, em sua relação com os precedentes e com os que a ele se seguem, evitando, assim, trair o pensamento do autor em sua totalidade.

Constatada a relação entre o trecho em estudo e sua preocupação, deve-se separá-lo de seu conjunto, transcrevendo-o em uma ficha com um título que o identifique com o objeto específico de seu estudo. Nestas circunstâncias, ora pode deter-se, imediatamente, em reflexões a propósito das possibilidades que o trecho lhe oferece, ora pode seguir a leitura geral do texto, fixando outros trechos que lhe possam aportar novas meditações.

Em última análise, o estudo serio de um livro como de um artigo de revista implica não somente numa penetração crítica em seu conteúdo básico, mas também numa sensibilidade aguda, numa permanente inquietação intelectual, num estado de predisposição à busca.

b) Que o ato de estudar, no fundo é uma atitude frente ao mundo.

Esta é a razão pela qual o ato de estudar não se reduz à relação leitor-livro, ou leitor-texto.

Os livros em verdade refletem o enfrentamento de seus autores com o mundo. Expressam este enfrentamento. E ainda quando os autores fujam da realidade concreta estarão expressando a sua maneira deformada de enfrentá-la. Estudar é também e sobretudo pensar a prática e pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo. Desta forma, quem estuda não deve perder nenhuma oportunidade, em suas relações com os outros, com a realidade, para assumir uma postura curiosa. A de quem pergunta, a de quem indaga, a de quem busca.

O exercício desta postura curiosa termina por torná-la ágil, do que resulta um aproveitamento maior da curiosidade mesma.

Assim é que se impõe o registro constante das observações realizadas durante uma certa prática; durante as simples conversações. O registro das idéias que se têm e pelas quais se é “assaltado”, não raras vezes, quando se caminha só por uma rua. Registros que passam a constituir o que Wright Mills chama de “fichas de idéias”**.

Estas idéias e estas observações, devidamente fichadas, passam a constituir desafios que devem ser respondidos por quem as registra.

Quase sempre, ao se transformarem na incidência da reflexão dos que as anotam, estas idéias os remetem a leituras de textos com que podem instrumentar-se para seguir em sua reflexão.

c) Que o estudo de um tema específico exige do estudante que se ponha, tanto quanto possível, a par da bibliografia que se refere ao tema ou ao objeto de sua inquietude.

d) Que o ato de estudar é assumir uma relação de diálogo com o autor do texto, cuja mediação se encontra nos temas de que ele trata. Esta relação dialógica implica na percepção do condicionamento histórico-sociológico e ideológico do autor, nem sempre o mesmo do leitor.

e) Que o ato de estudar demanda humildade.

Se o que estuda assume realmente uma posição humilde, coerente com a atitude crítica, não se sente diminuído se encontra dificuldades, as vezes grandes, para penetrar na significação mais profunda do texto. Humilde e crítico, sabe que o texto, na razão mesma em que é um desafio, pode estar mais além de sua capacidade de resposta. Nem sempre o texto se dá facilmente ao leitor.

Neste caso, o que deve fazer é reconhecer a necessidade de melhor instrumentar-se para voltar ao texto em condições de entendê-lo. Não adianta passar a página de um livro se sua compreensão não foi alcançada. Impõe-se, pelo contrário, a insistência na busca de seu desvelamento. A compreensão de um texto não é algo que se recebe de presente. Exige trabalho paciente de quem por ele se sente problematizado.

Não se mede o estudo pelo número de páginas lidas numa noite ou pela quantidade de livros lidos num semestre.

Estudar não é um ato de consumir idéias, mas de criá-las e recriá-las.¹

Escrito em 1968, no Chile, este texto serviu de introdução à relação bibliográfica que foi proposto aos participantes de um seminário nacional sobre educação e reforma agrária.

* Sobre “educação bancária”, ver Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, 4ª ed., (N.E.).

** Wright Mills – *The Sociological Imagination*.

